

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de maio de 2024 às 07h58
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Pirataria

Brasil perde quase meio trilhão para mercado ilegal 3

ESPECIAL - INFORME

Correio Braziliense - Online | BR

Pirataria

De cada 100 cigarros comercializados no Brasil em 2023, 36 eram ilegais, revela Ipec 5

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Brasil perde quase meio trilhão para mercado ilegal

ESPECIAL - INFORME

Levantamento do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade mapeia os prejuízos com o crime

APRESENTADO POR:

FNCP: Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade

O mercado ilegal avança no Brasil. Em 2023, o país perdeu cerca de R\$ 441 bilhões com o crime, de acordo com o balanço do FNCP (Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade). Um acréscimo de 7,5% sobre o ano anterior (R\$ 410 bi). Desde 2014, os prejuízos quadruplicaram eram estimados em R\$100 bilhões.

Os números representam as perdas consolidadas de 15 setores da economia brasileira (R\$ 302 bilhões), adicionadas do montante que deixou de entrar nos cofres públicos em impostos (R\$139 bilhões). Vestuário, bebidas e combustíveis lideram a lista da ilegalidade. Já o cigarro, além de registrar perdas enormes, é o produto mais apreendido pela Receita Federal.

Para o FNCP, o mercado ilegal não só reduz a rentabilidade dos setores atingidos, como a competitividade da indústria nacional. Empresas ilegais deixam de pagar impostos, o produto ilegal fica mais barato, criando uma concorrência nefasta, que veda a arrecadação de maior volume de tributos e prejudica a geração de empregos formais e renda para o brasileiro.

"É um crescimento contínuo, acelerado. Mais de quatro vezes nesses dez anos. Por isso, é importante uma estratégia mais ampla, que envolva não só o setor produtivo, mas também os governos para combater esse avanço que lesa toda a sociedade brasileira", explica Edson Vismona, presidente do FNCP

Imposto alto favorece mercado ilegal

Segundo Vismona, a prioridade do FNCP é chamar a atenção da sociedade brasileira e dos poderes constituídos para a necessidade de iniciativas que possam alterar esse quadro. Pois quem está por trás do mercado ilícito é o crime organizado, que se financia da atividade. No Rio de Janeiro, por exemplo, a milícia e o jogo do bicho têm o controle da máfia de cigarros, impondo as marcas ilegais aos comerciantes locais e alimentando a violência na região. Em São Paulo, uma série de investigações policiais apontam que o contrabando de cigarros é uma fonte de renda importante para o PCC (Primeiro Comando da Capital).

Os sinais alarmantes levam o FNCP a reiterar, principalmente ao Congresso Nacional, a necessidade de se prestar atenção à possibilidade de aumento de alguns impostos que a carga tributária já elevada é um dos motivos principais a alimentar o mercado ilegal. O imposto mais alto encarece os produtos, como o cigarro, e o consumidor tende a migrar para o ilegal, que é mais barato e ganha em fatia de mercado, em uma relação perversa. "Todas as experiências do passado recente mostram que a elevação de tributos resultou em crescimento do contrabando e queda de arrecadação por parte do governo", alerta.

O mais apreendido

Dados da pesquisa "Impactos do mercado ilegal de cigarros no Brasil", do Ipec, de 2023, revelaram que a cada 100 cigarros comercializados no país, 36 eram ilegais. O volume de cigarros ilícitos que circulou ano passado pelo Brasil foi estimado em 39 bilhões de unidades.

Estima-se que, por conta da fabricação e vendas ilícitas, o Tesouro Nacional deixou de arrecadar cerca de R\$100 bilhões nos últimos 11 anos.

Continuação: Brasil perde quase meio trilhão para mercado ilegal

O FNCP aponta ainda que o negócio é tão vantajoso para o crime, que há organizações criminosas fabricando no Brasil verdadeiras cópias das marcas mais contrabandeadas de cigarros paraguaios.

Entre a extensa lista de contrabandos e **falsificações**, o cigarro é a mercadoria mais apreendida pela Receita Federal ? 54% de todos os produtos arrestados entre janeiro e dezembro de 2023. Nas estimativas de prejuízos desse mercado criminoso não entra, por exemplo, o custo aos cofres públicos das atividades de combate pelas autoridades. Entre 2021 e 2023, a Polícia Federal fechou 24 fábricas clandestinas de cigarros.

Ainda em dados do Fisco, cerca de 600 mil maços de cigarros ilegais são destruídos, por dia, somente no posto alfandegário da fronteira de Foz do Iguaçu. Para o FNCP, o cigarro paraguaio inunda o mercado interno. Vismona destaca que, "dentro da lógica do

crime, extremamente vantajoso aos contrabandistas, está o modelo tributário brasileiro". A disparidade de tributos sobre o produto no Brasil e no Paraguai torna-se um dos maiores atrativos para a atividade ilegal. Isso porque, enquanto por aqui os impostos sobre o cigarro ficam entre 70% e 90% do valor total, no país vizinho a taxa média é de 13%.

Para Edson Vismona, a pesada carga tributária que incide sobre o cigarro no Brasil é crucial para o avanço do ilegal. "Se o produto legal fica mais caro por causa do aumento de impostos, isso vai favorecer a ilegalidade, que não paga imposto e tem benefícios com qualquer aumento de carga tributária. É uma relação direta, imediata e um alerta absolutamente necessário. E o pior: não é uma história nova ou teoria acadêmica: é uma realidade comprovada pelos números do Ipec que tem acontecido no Brasil a cada vez que o produto tem alta de tributos", diz.

De cada 100 cigarros comercializados no Brasil em 2023, 36 eram ilegais, revela Ipec

ECONOMIA E NEGÓCIOS



A disparidade de tributos entre Brasil e Paraguai é um atrativo para a atividade ilegal. Enquanto por aqui os impostos sobre o produto ficam entre 70% e 90%, lá a taxa média é de 13%

Cada vez mais, o cigarro ilegal tem se tornado um negócio bilionário e rentável ao crime organizado. Segundo o último levantamento do Instituto Ipec Inteligência, divulgado pelo Fórum Nacional Contra **Pirataria** e Ilegalidades (FNCP), cerca de 39 bilhões de unidades foram comercializadas por criminosos em apenas um ano. A pesquisa Ipec 2023 aponta que de cada 100 cigarros comercializados, 36 eram ilegais.

Dentro da lógica do crime, extremamente vantajoso aos contrabandistas, está o modelo tributário. De acordo com especialistas, a disparidade de tributos entre Brasil e Paraguai é um dos maiores atrativos para a atividade ilegal. O cigarro ilícito é o principal exemplo, justamente por ser o item mais apreendido pela Receita Federal.

Enquanto por aqui os impostos sobre o cigarro ficam entre 70% e 90%, no país vizinho a taxa média é de 13%. Especialistas apontam que é essa vantagem econômica que faz o crime crescer. Para o presidente do FNCP, Edson Vismona, a pesada carga tributária

que incide sobre o cigarro no Brasil é crucial para o avanço do ilegal. "Se o produto legal fica mais caro por causa do aumento de impostos, isso vai favorecer a ilegalidade, que não paga imposto e tem benefícios com qualquer aumento de carga tributária. É uma relação direta, imediata e um alerta absolutamente necessário", conclui.

O valor reúne produtos do contrabando, de um lado, e das empresas conhecidas como devedores contumazes, de outro. Empresas sonegadas contumazes são aquelas que fazem da sonegação fiscal o principal meio de atuação e, dessa forma, chegam ao mercado com preços abaixo do mínimo por lei e atrativos aos consumidores, configurando uma competição desleal com as empresas formais do segmento. Para Vismona, é importante que todos os brasileiros tenham a exata dimensão do impacto do mercado ilegal no país.

"Reprimir o ilegal, além de conter a criminalidade, significa incentivar e apoiar quem produz dentro da lei, gerando empregos e renda. Além disso, precisamos ajudar quem atua dentro da legalidade e paga seus impostos de forma correta. Portanto, esse esforço coletivo para conter a criminalidade é imprescindível", destacou o presidente do FNCP.

O negócio é tão vantajoso que as organizações criminosas fabricam, em território nacional, verdadeiras cópias dos cigarros paraguaios das marcas que são mais contrabandeadas para o Brasil. Só no primeiro trimestre deste ano, já foram fechadas duas fábricas clandestinas de cigarros. Entre 2021 e 2024, foram 24 fábricas - uma média de oito por ano. O cigarro continua encabeçando a lista dos itens mais apreendidos pela Receita Federal.

De acordo com o órgão, o item representa 54% do total de produtos apreendidos entre janeiro e dezembro

Continuação: De cada 100 cigarros comercializados no Brasil em 2023, 36 eram ilegais, revela Ipec

de 2023. Para se ter uma ideia, são destruídos cerca de 600 mil maços de cigarros por dia na Alfândega da Receita Federal de Foz do Iguaçu, volume diário de aproximadamente uma carreta.

Para discutir esse e outros temas, o Correio Braziliense promoverá, no dia 05/6, o evento Impacto da Reforma Tributária na Economia e na Segurança Pú-

blica. Sob o formato de CB Fórum, autoridades governamentais, legisladores e especialistas participarão para discutir a relevância de regulamentações que visam combater o mercado ilegal e o crime organizado.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria
3, 5